

O DIA SEGUINTE E AS DESCULPAS DE SEMPRE

No dia seguinte à decisão histórica dos Estados Unidos de designar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras, o Brasil acordou diante de um espelho incômodo. Em vez de um debate sério sobre como enfrentar o narco-terrorismo que domina periferias, presídios e rotas internacionais de armas e drogas, o que se viu foi o habitual espetáculo nacional: o uso da “soberania” como escudo, o vitimismo como argumento e uma imprensa que caminha na ponta dos pés para não desgastar o governo.

O PT e a esquerda sacaram imediatamente a carta da "soberania nacional". Visivelmente irritado, o presidente Lula declarou que não aceita o Brasil ser tratado como "republicueta", afirmando que o PCC e o CV são "terroristas para as comunidades brasileiras", mas "não os terroristas que Trump quer". Na prática, o discurso oficial assume que essas facções aterrorizam o povo pobre, matam, extorquem e controlam territórios inteiros, mas, para efeitos diplomáticos, devem ser tratadas apenas como "nossos criminosos".

A inversão de prioridades ficou ainda mais evidente na TV, quando uma desembaradora, em entrevista na CNN, apontou como um dos efeitos da medida o fato de que "a cocaína já subiu de preço" — uma preocupação com o custo da mercadoria do crime que se sobrepõe ao sangue derramado diariamente nas comunidades.

Esse cenário expõe o elefante na sala que a esquerda finge não ver: o PT governou o país por 18 dos últimos 23 anos. Teve tempo, recursos e maiorias parlamentares para enfrentar o problema, mas permitiu que o Estado fosse capturado por facções dentro dos presídios e assistiu à expansão territorial do tráfico internacional. Quando a crise se agravou, a opção foi pelo negacionismo ou pela maquiagem estatística.

O padrão de hesitação e desconforto com o confronto é antigo. Na Operação Contenção, por exemplo, quando o Rio de Janeiro precisou agir com força contra o avanço do Comando Vermelho, o governo federal primeiro negou ajuda e, ao ser exposto, negou que o apoio tivesse sido solicitado.

Ao classificar o PCC e o CV como terroristas, os EUA apenas nomearam o problema pelo que ele realmente é. Organizações que utilizam o terror para controlar territórios, financiam-se com o tráfico global, corrompem instituições e desafiam o monopólio da violência do Estado não são meras "organizações criminosas". Chamá-las de terroristas é uma precisão conceitual.

A grande imprensa, como sempre, patina. Embora conheça o tamanho do monstro por meio de relatórios de inteligência, dados de violência e execuções de autoridades, prefere apontar cuidados cirúrgicos, focando em "riscos de intervenção" ou "efeitos colaterais na economia". Falta à essa gente coragem para dizer o óbvio: se o Brasil se recusa a resolver seu problema interno, a pressão externa acaba ditando os termos.

Soberania não é um cheque em branco para a incompetência; ela se exerce governando de verdade, controlando fronteiras, reformando o sistema prisional, combatendo a lavagem de dinheiro e isolando as lideranças do crime. O resto é discurso para plateia.

As facções não são vítimas de "ingerência imperialista", mas sim predadores que se fortaleceram enquanto o Estado brasileiro investe em narrativas que criminalizam a repressão mais do que o próprio crime. O país não precisa de debates retóricos sobre termos, mas de vergonha na cara, coragem política e resultados concretos. Enquanto o governo se esquiva, as comunidades continuam sofrendo com o terror das facções.

- **Soberania seletiva** - O discurso de soberania nacional aparece como escudo político para evitar pressão internacional contra facções criminosas.
- **Crime sem nome** - A recusa em tratar PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas preserva a narrativa de que se trata apenas de criminalidade comum.
- **Desculpas repetidas** - O governo e seus aliados recorrem ao mesmo roteiro: relativização, vitimismo político e negação da omissão estatal diante do avanço do narcoterrorismo.

